

Lentidão oficial emperra indústria da água mineral, afirma especialista

DA REDAÇÃO

A exposição do geólogo Enzo Luis Nico Junior, diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), durante a reunião da Comissão de Defesa do Meio Ambiente desta terça-feira, 4/5, deixou claro que a produção de água mineral, além de ficar por muito tempo subestimada, também não se desenvolve em razão da lenta burocracia do departamento, em grande parte pela falta de infra-estrutura do próprio órgão federal.

Sob a presidência do deputado Donisete Braga (PT), o diretor do DNPM, convidado para falar sobre o setor de águas minerais e controle de qualidade dos produtos engarrafados, fez uma preleção inicial, em que revelou um dado bastante surpreendente: São Paulo é responsável por 40% da produção de água mineral do país, com cerca de 200 indústrias de engarrafamento do produto, que já é exportado até para o Japão. E o potencial ainda é enorme.

O entrave, porém, se encontra na própria estrutura fiscalizadora da atividade, que é de jurisdição nacional. A água é o único produto de mineração considerado alimento e, assim, está sujeito também à fiscalização do Ministério da Saúde, quanto à composição e potabilidade.

Enzo Luis Nico revela que o Departamento Nacional de Produção Mineral, que dirige, tem estrutura extremamente precária, contando com somente oito técnicos para exercer toda a análise de pedidos de autorização de exploração mineral (que em São Paulo inclui brita, areia, argila – ligados à atividade da construção – e até lavra de diamantes). Assim, existem cerca de 10 mil processos de autorização de exploração de minérios, inclusive de fontes de água mineral – só em maio foram 531 novos pedidos – e a tramitação do processo demora de 8 a 12 meses.

Segundo Enzo Luis Nico, para funcionar melhor o departamento precisa da realocação para São Paulo de cerca de 40 técnicos. O bom funcionamento do órgão, o saneamento das irregularidades e a agilização da análise dos pedidos de exploração de recursos minerais são fundamentais para impulsionar a indústria da água mineral, que pode gerar cerca de 30 mil empregos diretos no estado. Inclusive, ele menciona a retomada dos estudos das propriedades medicinais das fontes de água.

Água cara

Representando a Associação Brasileira da Indústria Nacional de Água Mineral (ABINAM), Hélio Signorelli informou que a atividade hoje emprega mais que a indústria automobilística. Entretanto, na sua opinião, arca com uma carga tributária muito alta: de 38 a 40% do valor do produto é de impostos e taxas.



Hélio Signorelli, Enzo Luis Nico Júnior e deputado Donisete Braga

Segundo Signorelli, a água mineral deveria ter uma política de consumo que a incluísse entre os itens da cesta básica, com taxação em torno de 7%. Isso popularizaria o produto e o tornaria competitivo também no mercado interno.

O deputado Mário Reali (PT) levantou algumas questões, tais como a regulamentação das outorgas de exploração de lençóis freáticos, caracterizada pela abertura de poços artesanais, e também as denúncias que vem recebendo de que a empresa suíça Nestlé desmineraliza a água, ou seja, "limpa" a água de seus sais naturais e acrescenta concentrações padronizadas.

Enzo Luis Nico respondeu que o caso da exploração de água como recurso mineral potável é competência da União, logo organismos estaduais, como o DAEE ou empresas, como a Sabesp, não têm o poder de outorgar autorizações para exploração de recursos dessa natureza, como fontes de águas minerais e termais. O diretor Enzo Luis Nico defende, ainda, a autorização para a exploração de fontes em áreas de proteção ambiental pois, para ele, a extração de água não compromete o meio-ambiente.

Quanto à desmineralização, Enzo Luis Nico explicou tratar-se

de um assunto complicado, que já gerou protestos no país natal da Nestlé. Com a regulamentação da atividade e a correção das irregularidades, as águas deverão conservar seus potenciais alimentares e medicinais. Ele é contra o processo de desmineralização pois pode-se usar qualquer fonte de água, independentemente de propriedades especiais como a água mineral.

Proteção ambiental e desenvolvimento

Ainda a respeito da proteção ambiental, esteve presente o prefeito de São Lourenço da Serra, Lener do Nascimento Ribeiro, que revelou que seu município, juntamente com outros da região que se encontram em área de proteção de mananciais hídricos, preparam um plano diretor de exploração de tais recursos, com cuidados como evitar a hiper-exploração e o esgotamento ou contaminação das fontes.

Além do debate, foi apreciada também pauta de 11 itens, dos quais 10 foram aprovados. Entre os projetos de lei, o 1.082/2003, do deputado Rodrigo Garcia, que proíbe a cirurgia de onicotomia (retirada de cordas vocais) de animais domésticos, e o PL 1.148/2003, do deputado Edson Gomes, que estabelece normas para destino final de garrafas plásticas de refrigerante.

Prazo para inscrições no II Curso de Legislação Eleitoral é prorrogado

O curso é gratuito e as inscrições podem ser feitas até 7 de maio

DA REDAÇÃO

Em razão do grande interesse do público no II Curso de Legislação Eleitoral, a diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos do Poder Legislativo do Estado de São Paulo (Sindalesp) prorrogou o prazo de inscrições para os participantes até o dia 7 de maio.

O curso, que é promovido pelo Sindalesp, pelo Instituto Maurício Grabois (IMG/SP), pelo o Instituto de Direito Político Eleitoral (Idep), com o apoio da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa e do Tribunal Regional Eleitoral, tem o objetivo de divulgar e esclarecer possíveis dúvidas sobre as principais normas legais que irão regular as eleições deste ano.

As aulas serão ministradas no dia 14 de maio, das 8h às 19h30, no auditório Franco Montoro da Assembleia Legislativa. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas na sede do Sindalesp - subsolo do Palácio 9 de Julho - tels: 3886-6989/6061.

O primeiro curso sobre legislação eleitoral foi realizado em maio de 2002 e teve 343 inscritos, dos quais 270 participaram das aulas, na maioria assessores parlamentares, candidatos a deputados estaduais e federais, juizes eleitorais, coordenadores e assessores de campanhas.

Confira a programação na Agência Assembleia (www.al.sp.gov.br)

Sindsaúde anuncia greve em reunião da Comissão de Saúde

DA REDAÇÃO

A representante do Sindsaúde, Célia Regina Costa, anunciou na reunião da Comissão de Saúde e Higiene realizada nesta terça-feira, 4/5, que os funcionários estaduais da Saúde vão entrar em greve a partir do dia 10 de maio.

Célia Regina agradeceu o empenho do presidente da comissão, Waldir Agnello (PTB), e da deputada Beth Sáhão (PT) que acompanhou uma comitiva do Sindsaúde em audiência realizada no dia 26/4 no Palácio do Governo. "Entretanto, como o governador não se pronunciou sobre a questão até o momento, a categoria decidiu entrar em greve."

Foram aprovados pareceres favoráveis aos projetos que tratam da inclusão de dados sanguíneos na carteira de identidade, da obrigatoriedade de os estabelecimentos que comercializam lentes corretivas ou de proteção solar terem a presença de um técnico óptico habilitado e da realização obrigatória pelas maternidades de exames de audição em recém-nascidos.

Ao final, a deputada Sáhão sugeriu a realização de audiência pública das comissões de Saúde e Higiene, de Relações do Trabalho e de Agricultura e Pecuária para tratar da situação da Agência de Defesa Agropecuária e da provável greve de seus funcionários.



ACONTECE

Às 10h – Visita do presidente do Sindicato dos Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (UDEMO), Augusto Torres Leme e da diretora presidente do Sindicato de Supervisores do Magistério no Estado de São Paulo (APASE), Maria Clara Paes Toba. No gabinete da presidência.

Às 10h - Reunião da Frente Parlamentar em Defesa da Água, solicitada pelo deputado Sebastião Almeida (PT). Plenário D.Pedro I.

Às 11h30 - Cerimônia de assinatura do Protocolo de Intenções entre a Assembleia, o TRE, a Secretaria da Educação e o Instituto da Cidadania, referente ao evento "A importância do voto", com a presença do secretário da educação, Gabriel Chalita. No Plenário José Bonifácio.

Às 12h30 - Na presidência da Assembleia, audiência com o deputado Benício Tavares, presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Às 15h - Cerimônia de troca de comando Assistência Policial Militar da Assembleia Legislativa, com a assunção do Coronel Ademir Aparecido Ramos. Hall Monumental.

Às 18h30 – No Plenário Tiradentes, reunião do Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz, solicitada pelo deputado Nivaldo Santana (PC do B).

Nas Comissões

Às 14h30 - Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Ricardo Tripoli (PSDB), faz reunião ordinária para discutir proposições. Entre os projetos analisados, o que obriga a identificação de produtos transgênicos utilizados na industrialização e comercialização de gêneros alimentícios no Estado. Plenário Tiradentes.

Às 15h - Transportes e Comunicações, sob a presidência do deputado Rodrigo Garcia (PFL), discute pauta. Destaque para o parcelamento de débitos fiscais relacionados com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Plenário D.Pedro I.